

Expondo provável desvio de parte dos fundos da operação EMATUM e outras

Tudo indica que alguns dos que estiveram mais envolvidos nas negociações e operacionalização dos três projectos que culminaram com a constituição oficial, entre 2013 a 2014, das empresas EMATUM, PROINDICUS e MAMS, terão caído na tentação e se apoderaram de alguns dos valores que deviam ter aplicado na implementação destes empreendimentos que se destinavam ao reforço da defesa do país, protecção da costa marítima, e prestação de serviços logísticos às companhias petrolíferas que estão a fazer a prospecção, e posterior exploração, de petróleo e gás em certas zonas e águas territoriais moçambicanas.

Por Michael Robinson, em Londres
Correspondente

Algumas das fontes que aqui em Londres investigam jornalisticamente como é que esta operação foi feita, afirmam estar na posse de dados e factos que assumem irrefutáveis, que sugerem fortemente que há quem se aproveitou do facto de terem sido mandatados pelos seus superiores hierárquicos, para ficarem com parte do dinheiro com que deviam ter implementado estes projectos agora a serem investigados pela Kroll britânica, sediada aqui na capital britânica.

Apesar de que a auditoria internacional que está sendo feita pela Kroll, decorre num grande sigilo, já há factos que começam a vir ao de cima, e que a serem verdadeiros, então há uma boa parte do dinheiro que terá ido aos bolsos ou contas de alguns dos mandatados de proa.

Uma das táticas que terá

sido usada pelos mentores deste desvio, terá sido a de comprar equipamentos não adequados para o que se pretendia fazer com eles, tudo para que restasse mais dinheiro para, conluadamente, se dividirem entre eles. Outra das táticas a que recorreram foi não comprar ou não fazer nada mesmo do que dizem terem comprado ou feito, e assim dividirem também os valores entre si. No caso da aquisição de equipamentos não adequados para aquilo que se pretendia fazer, aponta-se os próprios barcos com que se devia pescar o tal atum, como sendo de dimensões tão pequenas que não seriam capazes de enfrentar certos ventos fortes que amiúde sopram sobre a costa moçambicana onde deviam ir pescar. Adiantam também que além de serem pequenas para sulcarem um oceano tão tenebroso como o Índico, é o pró-

prio apetrechamento técnico destas embarcações, dado que não estão em função das recomendações internacionais para este tipo de fainas, e que, por isso, o seu pescado não seria aceite nos mercados exigentes, como os da Europa, e do Japão na Ásia, por sinal um dos maiores consumidores de atum.

As nossas fontes aqui em Londres adiantaram também, sempre na condição de anonimato, que mesmo as seis avionetas que eles compraram para se usarem na fiscalização da costa marítima, não podem ter pago os seis milhões de dólares que dizem terem custado cada, porque quando se foi à empresa que os vendeu, apurou-se que custam apenas mais de 200 mil dólares. "Ora, a ser isto verdade, e tudo indica que é, isto mostra que eles foram no mínimo falsos aos seus mandantes. A ser também verdade isto, então o grosso do valor que lhes foi dado em empréstimo, ficou para eles, e não para o que escreveram nos relatórios que submeteram aos seus chefes hierárquicos", assim sentenciou uma das fontes, que apenas se identificar pelo primeiro nome diminutivo, Leo, neste caso um jornalista especializado em investigações internacionais.

Leo disse-me que os factos em seu poder mostram que não há quase nenhum valor que terá sido, como se alega, gasto no apetrechamento do ministério moçambicano da defesa com base naquele valor dos empréstimos, sendo provavelmente por isso que o seu actual ministro, Salvador Mtumuke, fez questão de se distanciar desta operação da Ematum, durante o depoimento que prestou a Comissão parlamentar que investigou este mesmo assunto, conforme extractos contidos no jornal moçambicano O País, da SOICO. Se nos basearmos no preço real que tanto as embarcações e as avionetas custam de facto, então os que terão urdido esta operação desviante, de pagar menos e declarar mais nos relatórios oficiais, terão ficado pelo menos com 500 milhões

de dólares. Este valor é por sinal confirmado pelos próprios desviantes, dado existir uma carta a que tive acesso aqui em Londres, que queriam que fosse assinada retroactivamente pelo actual ministro da defesa, Salvador Mtumuke. Essa carta foi redigida com a data de 5 de Dezembro de 2016, que devia ser entregue a Kroll inc Corporation. Com ela pretendiam obviamente, ilibar-se de uma possível culpabilização pelos 500 milhões que tudo indica que não conseguem justificar. Obviamente que Mtumuke recusou-se a assiná-la, como também se pode ver na mesma carta.

Alguns dos que me revelaram o que já se aferiu em torno das múltiplas investigações privadas que estão sendo feitas aqui em Londres, dão conta que alguns dos executores desta operação tripartida, não terão conseguido explicar à Kroll, com factos e dados convincentes, o que fizeram de facto para terem gasto todos



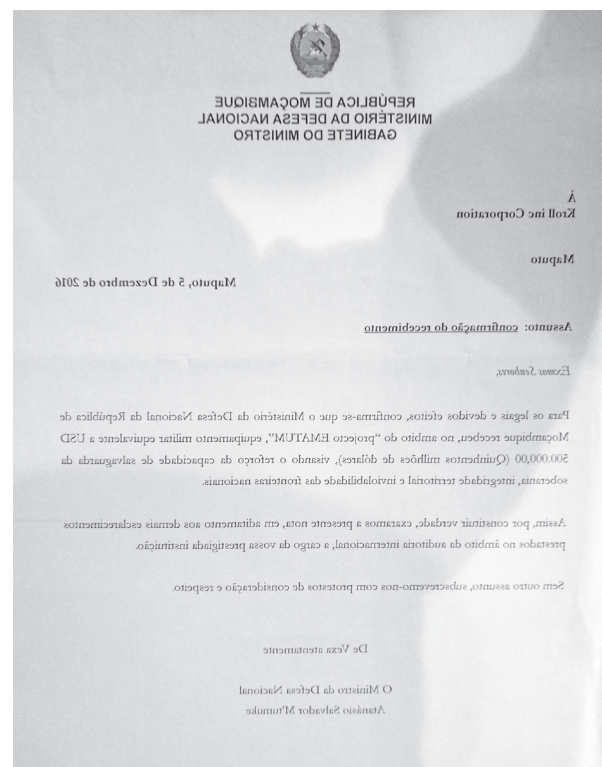
advir das investigações em curso, deixando a percepção de que sabem que não usaram todo o valor para o que oficialmente dizem ter feito.

"É que além dos barcos, já não há quase mais nada que apresentem como tendo sido o que compraram ou fizeram, que justifique o gasto de todos os cerca de dois biliões. Se assumirmos o que Mtumuke disse a comissão da AR, então não há nenhum tostão que tenha sido gasto pela aquisição de material da defesa. Sendo assim, o que terá se feito com o

da em revelar factos e dados inéditos e ultra-secretos que geralmente ocorrem em portas fechadas a sete chaves dos governos africanos.

O que se diz e com forte sustentação, é que quem esteve de facto na negociação e execução destas três operações foram alguns membros seniores da SISE. Os investigadores sugerem que tudo indica que houve desvios de fundos que terão sido feitos por conta e risco dos mandatados, provavelmente, sem conhecimento dos mandantes, o que a ser verdade, irá chocá-los bastante, ao se aperceberem, que houve abuso de confiança.

Alguns dos que nos deram estes factos, dizem ter havido até alguns dos que gravitavam à volta desses mandantes, que varias vezes se valiam disso para irem fazer outras auto-exigências monetárias a alguns dos responsáveis de empresas do Estado, alegando que tinham sido mandatados pelo "chefe X ou Z", mas que na verdade este não nunca os havia mandado. Na verdade, tudo indica que o caso das três empresas poderá trazer nos próximos tempos muitas surpresas desagradáveis tanto para os moçambicanos como para alguns dos que delegaram poderes para os seus subordinados de confiança que nunca deviam ter confiado. Da minha parte como jornalista, só me resta esperar pela confirmação dos factos que aqui relatei, porque as minhas fontes nunca me fizeram revelações infundadas...a serem falsas desta vez, então será pela primeira vez na minha longa inteição com eles que neste caso dura há mais de 45 anos de jornalismo.



os cerca de dois biliões de dólares que perfazem a chamada dívida oculta.

Há mesmo quem diz que alguns dos envolvidos deixaram transparecer nos seus semblantes que estão preocupados com o desfecho que poderá

resto do valor que não se gastou em algo visível que se seja para o Estado? questionou um dos jornalistas investigadores privados, que neste caso é um dos mais assíduos colaboradores do África Confidential, a publicação especializa-

